

### O dilema da usina de Angra 3

Continuar um empreendimento no qual já tenha sido investido dinheiro, esforço ou tempo, mesmo que continuar não seja a melhor decisão, é um comportamento comum, embora irracional. Desconfio que esse seja o caso dos que defendem a continuidade de obras da usina nuclear Angra 3. Levanto essa hipótese com cautela porque, como explicou a jornalista Alexa Salomão nesta Folha (matérias dos dias 9 e 10 do corrente mês), o estudo de mil páginas realizado pelo BNDES sobre a viabilidade da usina de Angra 3 é mantido sob sigilo.

Consta desse estudo, apresentado ao CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), que o investimento previsto para conclusão da usina seria de R\$23 bilhões e o custo para interromper a obra seria de R\$21 bilhões. O dilema, assim apresentado, parece de simples solução. Quem optaria por uma obra inconclusa, incapaz de produzir um único MWh (megawatt-hora), se alternativamente, desembolsando apenas 10% a mais, seria possível colocar em funcionamento uma usina capaz de gerar 10 milhões de MWh/ano e 7 mil empregos diretos durante a construção da obra? Porém, como sempre, o diabo mora nos detalhes. Por isso o CNPE nada decidiu.

E quais seriam esses detalhes? Primeiro, as usinas nucleares, como as demais térmicas que geram na base, ajudam a economizar água nos reservatórios das usinas hidroelétricas e evitar racionamentos durante as estiagens. No passado essa função era muito importante. Porém, hoje esse papel pode ser exercido pelas usinas solares e eólicas, por um custo muitíssimo menor e, assim como as nucleares, sem emitir gases de efeito estufa. Ou seja, o sistema elétrico não precisa de Angra 3.

Segundo, por mais cuidadosa que tenha sido a estimativa do custo e prazo de construção para conclusão da obra, é quase certo que se trata de uma estimativa otimista. A história da indústria nuclear me dá razão. Angra 3 seria a segunda de uma série de 8 usinas nucleares previstas no acordo entre Brasil e Alemanha de 50 anos atrás. No livro *How Big Things Get Done*, os autores mostram que, de um conjunto de 16 mil projetos de infraestrutura, apenas 0,5% foram construídos no prazo, dentro do orçamento e com o benefício imaginado. Focando na subamostra de usinas geradoras de energia, as solares custaram em média 1% acima do orçamento, as eólicas 13%, as hidrelétricas 75% e as nucleares espantosos 238%. Uma usina na Eslováquia e outra no Irã entrarão em operação decorridos respectivamente cerca de 40 e 50 anos do início da construção (Exame, 10/12/2024).

Também tenho dúvidas quanto à necessidade de pagar R\$ 21 bilhões para parar a construção. Por exemplo, cerca de R\$ 7 bilhões investidos pelas sócias - União (via ENBPar) e Eletrobrás - no empreendimento, a partir de 2020, aparentemente não precisaria ser desembolsado novamente. Portanto, não deveria estar embutido nos R\$21 bilhões.

Tudo indica que a Eletrobrás prefira que a obra continue, desde que possa pular fora. Nessa hipótese, talvez consiga obter de volta parte do capital injetado na usina quando a empresa ainda era estatal. Seria um ganho provavelmente desconsiderado no processo de privatização.

As dúvidas aqui levantadas talvez tenham resposta no estudo ainda em sigilo. O governo deveria divulgá-lo.

